

TEORIA DO DISCURSO PARA OUTRA LEITURA DE CURRÍCULO

Priscila Campos Ribeiro¹

RESUMO: O que é currículo? Fazemos currículo indo e vindo de diferentes teorias. Dependendo das bases teóricas, o currículo escolar poderá ser entendido como parte da identidade de um povo, que preserva a nação, que defende do inimigo e salva de muitos males como desemprego e violência. Pode ser relacionado a planejamento, objetivos e avaliações. Ou espaço de poder, terreno de lutas pela legitimação de saberes e produção de conhecimento. Há rastros destas, daquelas e outras, resultando em práticas que trazem a hibridização como parte da própria produção de currículo. De alguma forma, esta hibridização nos mostra que não há uma organização linear e hierárquica das teorias utilizadas, porque diferentes teorias circulam em nosso entendimento do que é currículo e do que é fazer currículo. E essas teorias precisam ser entendidas em suas possibilidades, limitações, ênfases, principais questões (e respostas que dão a tais questões). Utilizar a teoria do discurso de Ernesto Laclau para pensar currículo é fazer uso de um enfoque pós-estruturalista, é pensar um sujeito descentrado que não tem domínio do seu consciente nem sobre os sentidos do que suas falas produzem, é compreender a linguagem como constituinte do social e entender que estamos simbolicamente mediados no social e que, portanto, esta linguagem nos permite captar o que é currículo, escola, professor, aluno, etc.; sentidos, estes, dados por discursos (práticas que constituem o social) de maior ou menor amplitude, com maior ou menor alcance, produzidos por atos de poder e que lutam por hegemonia. O enfoque pós estruturalista da teoria do discurso de Ernesto Laclau, portanto, é uma ferramenta importante para enriquecer a construção teórica do que vem a ser currículo.

Palavras chave: currículo, produção de currículo, teoria de currículo, teoria do discurso, pós-estruturalismo.

¹Pedagoga, Mestre em Educação (ProPEd/UERJ), Doutoranda em Educação no ProPEd/UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

TEORIA DO DISCURSO PARA OUTRA LEITURA DE CURRÍCULO

Por que nos importa perguntar “o que é currículo” e problematizar esta questão? E por que a teoria do discurso nos leva a outra leitura do que vem a ser currículo? Problematizar a pergunta “o que é currículo?” é importante porque nos ajuda a pensar primeiramente na teoria que é utilizada para definir o que é currículo. Dentre as diferentes repostas que podemos produzir, vemos muitas vezes as definições de currículo relacionadas ao planejamento, ao conteúdo hegemônico a ser ensinado, às práticas escolares, ao conhecimento, etc. Cada teoria dará uma ênfase diferente, responderá colocando em questão determinadas temáticas em detrimento de outras, levantarão discussões para problematizar a própria questão e a produção de currículo, apresentarão as dificuldades de se responder ou poderão tomar o currículo como naturalmente dado, fruto de planejamento e organização escolar. Algumas respostas poderão ainda dividi-lo em diferentes esferas e momentos de produção. E também caracterizar diferentes tipos de currículos produzidos em diferentes instâncias, inclusive colocadas uma em oposição a outra visto que numa das instâncias o currículo é produzido numa lógica cujos objetivos são calculados para, caso sejam corretamente aplicados via trabalho de professores, alcancarem resultados de progresso da maior importância para o país. Outras respostas poderão colocar o currículo como parte de algo que não está funcionando e que precisa ser esmiuçado para uma boa análise do processo educativo. Podemos ainda nos deparar com respostas que enaltecerão de tal forma a educação, num caráter salvacionista, que definirão currículo como algo da maior importância para resolver problemas sociais de saúde, violência, alimentação, etc. Dependendo das bases teóricas e perspectivas o currículo poderá ser apresentado também como parte da identidade de um povo, que preserva a nação, que nos defende do inimigo e nos salva de muitos males. Dentre tantas possibilidades, que seriam impossíveis de serem esgotadas nesta introdução, por qual resposta tomaremos a decisão de significar currículo?

Fazemos currículo indo e voltando das diferentes teorias, de maneira que há rastros destas e aquelas e outras mais em diferentes respostas, o que resulta, na atualidade, na hibridização na produção de currículo, como resultado. De alguma forma, esta hibridização nos mostra que não há uma organização linear e hierárquica das teorias utilizadas, que permeiam a produção de currículo, mas,

justamente, que fazer currículo é um processo cuja hibridização é uma das respostas à questão “o que é currículo”. Diferentes teorias circulam em nosso entendimento do que é currículo e do que é fazer currículo. E precisam ser entendidas em suas possibilidades, limitações, ênfases, principais questões e que respostas dão a tais questões (LOPES, 2013). No enfoque pós-estruturalista a ser trabalhado nesta discussão teórica, entendemos o currículo como texto e isso implica dizer que estamos lutando o tempo todo pela significação do que é essa possível melhor resposta para a pergunta “o que é currículo”, pois discursivamente o produzimos. Há uma luta política pela definição do que é currículo e também há uma luta para defender esta ou aquela resposta como a melhor.

Se optássemos por uma resposta que se utilizasse o que podemos chamar por teoria tradicional, estaríamos excluindo desta discussão questões que relacionassem escola e poder, por exemplo. Isto, porque na teoria tradicional o currículo é colocado como naturalmente posto e então, as definições de currículo estariam mais relacionadas ao conteúdo selecionado e que determinado conteúdo produziria determinado tipo de aluno, aos processos para mudar os comportamentos dos alunos, ao planejamento das atividades do professor. Respostas produzidas na perspectiva da teoria crítica colocariam em questão os processos que garantem que este e não aquele currículo seja o escolhido. Também trariam questões relativas às diferenças dos currículos colocados em ação, na prática, em comparação aos planejados, os currículos formais. E ainda, seriam colocadas questões que relacionassem o poder e a produção de currículo, o que já ampliaria as temáticas e discussões nas respostas para se definir currículo. Ainda assim, deixariam outras várias temáticas e problemáticas de fora, como as questões de cultura e identidade que são trabalhadas em respostas que se utilizassem das teorias pós-críticas. Estas, por sua vez questionariam a separação feita entre currículo planejado e executado por entender que não há esta separação na produção de currículo porque a linguagem está mediando tudo (o planejamento, a sala de aula, etc). Colocariam também em questão a separação feita entre currículo e escola visto que responder “o que é currículo” também produz sentidos para se responder o que é escola, porque a constituição do que é currículo também passa pela definição do que é escola, visto que as duas definições estão intrincadas. Portanto,

O currículo não é coisa alguma. (...) cada uma das tradições curriculares é um discurso que se hegemonizou e que, nesse sentido, constituiu o objeto currículo, emprestando-lhe um sentido próprio. (...) [As tradições] são um ato de poder, na medida em que esse sentido passa a ser partilhado e aceito (LOPES, 2011, p.40).

Para responder às questões colocadas inicialmente, utilizaremos a teoria do discurso de Ernesto Laclau (enfoque pós-estruturalista) para produzir discurso pela significação de currículo e lutar por hegemonia. Nesta perspectiva entendemos que os sentidos de currículo são construídos e que todos estão lutando por hegemonia dos seus sentidos discursivos. E, ainda, por estarmos simbolicamente mediados no social, há sempre uma linguagem que nos permitirá captar o que é escola, professor, aluno, currículo, etc. Deste modo, sendo o social constituído discursivamente, haverá sempre discursos (lutando por hegemonia) que defendem sentidos para escola, currículo, etc, (LOPES, 2013) alguns mais amplos e com maior alcance, mas construídos e possíveis de serem desconstruídos porque são sistemas contingentes de linguagem.

Utilizar a teoria do discurso de Ernesto Laclau para pensar currículo é fazer uso de um enfoque pós-estruturalista. E o que isto implica? O enfoque pós estruturalista nos traz a ideia de um sujeito descentrado que não tem domínio do seu consciente nem sobre os sentidos do que suas falas produzem, a idéia de que não há essência que defina o social, assim como a ideia de que a linguagem não representa a realidade mas que a constrói, dentre outras. Por este enfoque, destacamos a centralidade dada ao discurso na teoria do discurso, que explica o social que funciona como uma linguagem. Esta teoria nos traz a compreensão da linguagem como constituinte do social, de que estamos simbolicamente mediados no social e que, portanto, esta linguagem nos permite captar o que é currículo, escola, professor, aluno, etc., cujos sentidos estariam contingencialmente e provisoriamente fixados por discursos (de maior ou menor amplitude, menor ou maior alcance, produzidos por atos de poder e que lutam por hegemonia). Não se nega a existência de uma realidade externa ao pensamento. O que é contestado é a possibilidade de que os objetos reais tenham um significado independente dos discursos nos quais eles são constituídos como objetos. Os significados são contingentes, contextuais, relacionais aos sistemas de significação.

O enfoque pós estruturalista da teoria do discurso de Ernesto Laclau, portanto, é uma ferramenta importante para enriquecer a construção teórica do que vem a ser currículo porque amplia as questões que perpassam o que vem a ser currículo e introduz um viés diferente para abordar o que é currículo pois iremos localiza-lo dentro de um sistema de significados e valores.

A teoria do discurso permite pensar a sociedade numa concepção relacional e discursiva, evitando o reducionismo e o determinismo, utilizando-se de diversas categorias para explicar fenômenos e eventos sociais e, portanto, descrevendo-a sem que seja colocada uma receita para um projeto de como deve ser o social reconciliado, uma comunidade melhor. Mas apresentando um conjunto sofisticado de categorias de análise articuladas a partir de noções centrais tais como discurso, articulação e hegemonia, com fontes heterogêneas que vão desde a filosofia à política, passando pela linguística, a psicanálise e os estudos culturais. a centralidade está no político, não há noções como “determinação econômica em última instância” porque o social é politicamente construído (LOPES et al, 2015, p.20). A teoria do discurso, portanto, revê paradigmas de pesquisa do social.

Biglieri e Perelló (2012) apontam a obra de Ernesto como uma importante construção teórica para respostas a inquietudes que o Marxismo levantava em sua leitura do social. As autoras falam de importantes aquisições da psicanálise feitas por Laclau para a construção teórica do que chamamos por Teoria do Discurso e apresentam categorias construídas (com base também em leituras e releituras de Gramsci, Althusser, Foucault e Derrida) para a compreensão do social, que fundamentam a Teoria do Discurso, dentre elas: sobredeterminação, ponto nodal, significante vazio, demanda, articulação, hegemonia, real, antagonismo, deslocamento, massa e populismo.

Para as autoras, a construção da teoria do discurso é feita pela desconstrução do marxismo, com a desestabilização do binário necessidade-contingência que aparece nos primeiros capítulos da primeira obra (colocando a produção de Laclau em ordem cronológica) em que a desconstrução do marxismo aparece marcadamente por um Laclau pós-marxista, a saber, *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*, produzida em parceria com Chantal Mouffe.

Um conceito que Biglieri e Perelló (2012) apresentam inicialmente é o de sobredeterminação. Apontam este conceito como uma importante incorporação feita por Laclau na desconstrução do marxismo. Inicialmente, feita por Althusser para superar o reducionismo de uma leitura economicista do marxismo (pelo qual explicava-se a sociedade por um núcleo duro (base material/economia) de onde se explicava a contradição material entre as classes sociais) mas que não foi levada adiante ao ponto de romper com o marxismo.

Por este conceito, entende-se que o curso dos acontecimentos, em especial o momento de ruptura revolucionária (tomando-se o caso da revolução na Rússia, analisado por Althusser em *Contradicción y sobredeterminación*) havia resultado em revolução. E que isto havia ocorrido porque contradições entre a exploração feudal e a capitalista/imperialista, dentre diversas outras contradições e condições haviam levado a uma acumulação de fatores de desencadearam na revolução. Ou seja, “a acumulação de uma pluralidade de contradições que são provenientes da superestrutura. A contradição principal, para que funcione como princípio de ruptura geral, devia estar sobredeterminada” (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.20). Esta análise de Althusser estava a um passo de romper com o marxismo e foi incorporada por Laclau para romper com uma leitura determinista pura e simples do social, portanto uma leitura pós-marxista.

Para Freud a sobredeterminação não é qualquer processo de “fusão” ou “mescla” – que o reduziria em última instância a uma metáfora estabelecida por analogia com o mundo físico, compatível com qualquer forma de multicausalidade –; é, pelo contrário, um tipo de fusão muito precisa, que supõe forma de encaminhamento simbólico e uma pluralidade de sentidos. O conceito de sobredeterminação se constitui no campo do simbólico, e carece de toda significação a margem do mesmo. Por conseguinte, o sentido potencial mais profundo que tem a afirmação althusseriana de que não há nada no social que não é sobredeterminado, é a afirmação de que o social se constitui como ordem simbólica (LACLAU, 2011b, p.134)

Nesta construção teórica que marca a ruptura pós-marxista, Biglieri e Perelló (2012) falam sobre a apropriação do conceito de sobredeterminação, por Laclau e Mouffe avançando a argumentação de Althusser para entender que (como dizia Freud, em sua obra *Interpretação dos Sonhos*) na topologia freudiana nenhum dos dois níveis

(neste ponto igual ao marxismo) funciona como plano de fundação do outro (como Althusser não seguiu) entendendo que não há lugar para nenhum tipo de essencialismo, mas para uma contingência radical. A hermenêutica sem fundamento proposta aqui faz referencia a uma topologia de dois níveis, a saber o conteúdo manifesto e o conteúdo latente do pensamento onírico e o trabalho do sonho que consiste em transferir elementos de um a outro, traduzir um texto a outro através dos mecanismos de condensação e deslocamento. Por esta ideia, as autoras afirmam que Freud busca mostrar que o inconsciente trabalha de maneira que vários elementos ficam condensados em um só e outros ficam deslocados. E argumentam que Laclau e Mouffe extraíram disto a noção de que existe outra lógica, que não se rege pelo princípio de contradição mas pela lógica articulatória (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.23,24).

Para Biglieri e Perelló (2012, p.25) vemos a construção da Teoria do Discurso abandonando a ideia marxista de sociedade como um todo unificado racionalmente, com dois lugares onde cada um funciona como princípio de inteligibilidade do outro (a base econômica que define os fenômenos extra econômicos) e também abandonando a ideia de um sujeito constituído a priori (proletariado), classe social localizada objetivamente na base material, protagonista da história para alcançar a sociedade reconciliada do comunismo. Neste momento, Laclau e Mouffe teorizam para compreender o social como um espaço discursivo em que metonímia e metáfora são entendidas não como formas de pensamento mas são parte do terreno de constituição do social. Discurso faz referencia a toda relação de significação, todas as relações sociais são discursivas e todo discurso é sobredeterminado (nunca linear, unidimensional e contínuo – o que existe é a contingência). O pós-marxismo nega o objetivismo das relações sociais.

Laclau e Mouffe também apresentam a ideia de identidade de maneira relacional. Os autores tomam como base o argumento de Saussure de que o valor de cada significante de um sistema depende das relações que estabelece com os demais, da relação com os outros. Na medida em que toda identidade é relacional e cada elemento é o que o outro não é, este jogo incessante necessita fixação para que possa haver sentido, para isso Laclau e Mouffe pensam o conceito de ponto nodal de Lacan (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.29). Um ponto dentro de um campo discursivo que permitirá fixação de sentidos no jogo das diferenças. Para eles, toda

identidade está sobredeterminada já que é efeito de uma fixação precária a partir de pontos nodais. A articulação é uma prática que estabelece relações e que transforma a identidade dos elementos articulados, de forma que nenhuma identidade é externa a uma prática mas efeito de uma prática articulatória; e mesmo articulado, está disponível para outras articulações (idem, p.31).

Outra noção importante apresentada por Biglieri e Perelló (2012, p.34-40) sobre a obra de Laclau e Mouffe diz respeito à impossibilidade da sociedade, que no caso da teoria do discurso de Laclau e Mouffe é apresentada introduzindo-se o conceito de hegemonia e de antagonismo. Para as autoras, quando Laclau e Mouffe afirmam a impossibilidade da sociedade estão dizendo que não é possível que uma ordem se constitua de maneira plena como uma totalidade coerentemente unificada, mas somente como uma ordem hegemonicamente instituída.

A hegemonia é entendida como a articulação de uma série de elementos particulares ou diferenciais e supõe o caráter aberto e incompleto do social que, como tal, só pode se constituir num campo dominado pelas práticas articulatórias. Estamos novamente diante da negação do caráter objetivo e positivo das relações sociais (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.36).

Então, na teoria do discurso de Laclau e Mouffe para pensarmos as relações sociais, é afirmado que aquilo que antes era pensado sob o domínio de leis objetivas da história está atravessado pela indecidibilidade. A hegemonia é uma teoria da decisão tomada em um terreno indecidível e uma articulação hegemônica pressupõe o funcionamento da lógica da equivalência (as cadeias de equivalência se articulam em equivalência a um elemento excluído) e da lógica da diferença (cada um dos elementos adquire sua identidade pela diferenciação dos outros). Esta explicação é importante para entendermos, na constituição do social, que os elementos de uma lógica de equivalência têm entre si uma relação metonímica (relação de contiguidade), quando um elemento como “justiça social” se assume como ponto nodal de uma cadeia de equivalência como “demandas por melhoras no transporte, aumento de salário”, etc., e representa a totalidade das particularidades, de forma metafórica, falida e distorcida; E que, portanto, a constituição de uma hegemonia supõe a formação de cadeias de equivalências que por sua vez articulam

identidades e produzem efeitos de fronteira, a saber a criação de: nós e eles (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.38-40).

O conceito de hegemonia está ligado estreitamente com o de antagonismo, pois por existir o antagonismo existe também a possibilidade de uma construção hegemônica. O antagonismo também nos ajuda a entender a constituição da identidade pois a identidade distinguirá sua presença por meio da exclusão, para diferenciar-se. O antagonismo é definido por Laclau e Mouffe como a presença do outro que me impede de ser eu mesmo. O antagonismo é esta relação de espelho que permite estabelecer uma identidade, que em sua precariedade, se vê ameaçada pela presença do outro, implicando, inclusive, uma constituição traumática de toda identidade. Sem antagonismo a sociedade poderia fechar-se numa unidade constituída por identidade plenas Os antagonismos estabelecem os limites da sociedade (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.41-46).

Outra categoria é a chamada demanda, um dos focos na construção teórica de Laclau e Mouffe. A demanda é relacional, há um que demanda e outro a quem se dirige a demanda. A demanda se constitui em torno de uma falta e nos ajuda a compreender a ordem social como articulação de demandas, reiterando a incapacidade de fechamento do social já que a própria constituição do social por demandas, que por sua vez constituem faltas, vemos que é impossível o fechamento. Há sempre uma falta que não permite o social de ser pleno, não há objeto (neste caso a sociedade) que de conta de todas as demandas. As demandas podem ser satisfeitas, outras serão colocadas num movimento indestrutível de surgimento de novas demandas e articulações de demandas (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.80-85). As demandas surgem, não estão pré-definidas. A educação é uma demanda social de interesse de muitos. E na articulação de demandas, vemos o outro (neste caso o inimigo) sendo construído como algo que impede que a demanda seja atendida. A centralidade do político apontada por Laclau na constituição do social nos permite explicar a ação política dos atores sociais nos diferentes contextos sociais (inclusive o currículo, a escola) como elementar na investigação de políticas (inclusive, de currículo) que constituem o social. Social, este, que é constituído por articulações de demandas, ações políticas entendidas como agência que o constituem e tomadas de decisão nas lutas perante a tais articulações em diferentes contextos.

Portanto, por esta abordagem, não há algo que determine o currículo, como a economia. Ele é resultado de decisão, é agência num terreno indecidível, uma vez que não há razão prévia que determine as escolhas e decisões tomadas na produção de políticas de currículo.

Se no estruturalismo (econômico, linguístico, psicológico, etc) os sentidos são estabilizados, explicados e significados de acordo com a estrutura (econômico, linguístico, psicológico, etc). No pós-estruturalismo (a perspectiva que tomaremos como base para esta discussão) não há esta estrutura que posicione e fixe o sujeito numa coletividade de tal forma que a estrutura por si explique totalmente a subjetividade. A estrutura não explica o sujeito, nem a escola, nem o currículo. Desta forma, entendemos que não é a partir de uma instância fixa (por exemplo, economia) que definiremos uma posição de sujeito. O sujeito é aquilo que se forma na decisão política. O sujeito só é criado depois da decisão feita. O que concebemos por economia, no estruturalismo, é uma instância que determina a política. Entretanto, no pós-estruturalismo, entendemos que a economia também é política (e não uma instância que determina a política). A economia também depende de discursos e significados que circulam em outros discursos políticos. Não há uma essência que defina a estrutura econômica porque ela também está perpassada por discursos que a significam como economia (LOPES, 2013). No pós-estruturalismo não podemos fixar e fechar a subjetivação porque ela está sempre num processo contínuo, sem estabilidade e fixidez. Neste processo de identificação, o contexto produz subjetivações e as subjetivações ajudam a produzir o contexto. E esta contribuição do pós-estruturalismo para análise do social traz implicações para as investigações sobre currículo porque na produção de currículo temos decisão política, o que implica dizer que não há regras ou razão que garanta um resultado. As decisões e regras são contextualmente decididas e fracassadas pois estão perpassadas por lutas de poder que resultam em hegemonizar discursos, que podem ser mapeados mas não determinados previamente.

Na perspectiva da teoria do discurso, a linguagem está mediando todas as ações que constituem o currículo (planejamento, sala de aula, formação dos professores, legislação). Há discurso nas práticas de sala de aula, na formação do professor, nos livros didáticos, nas orientações curriculares. E a apreensão dos sentidos vai além do que se pode ver, além do que está presente. Este é também um dos aspectos

que podemos colocar como mais uma contribuição do enfoque pós-estruturalista da teoria do discurso para uma outra leitura do que vem a ser currículo. Este enfoque questiona a metafísica da presença e desta forma, conceber currículo inclui não defini-lo somente a partir do que se consegue ver, achar, encontrar ou alcançar nos documentos curriculares, nas práticas da sala de aula ou nos livros didáticos. Há um jogo de presença-ausência que influencia a interpretação, a significação. Este jogo faz parte dos jogos de linguagem que mediam os processos que constituem o social. Podemos ter uma ausência tão presente que sua influência se torna tamanha nas interpretações e fixação de sentidos. E nem sempre o que está ao alcance dos olhos, o que se pode achar, é a maior influência na produção de sentidos. Entender o social mediado pela linguagem é importante para a constituição do que é currículo, do que é escola, pois não necessariamente as traduções e interpretações são dadas pela presença do que podemos ver em documentos e em sala de aula, já que elas (traduções e interpretações) vêm por diferentes caminhos e portanto resultam em diferentes traduções e interpretações. Isto é, discursos circulantes podem estar presentes nos principais debates, ou não. A questão é que eles existem, fazem tradução, produzem significados. (LOPES, 2011, 2013).

Outra ideia que podemos colocar é a de imprevisibilidade como questão enriquecedora para nossas análises na teoria do discurso. Na concepção do social constituído discursivamente, o movimento implicado na linguagem, sua característica de fluidez e dinamicidade, ou seja, a imprevisibilidade da comunicação, deve ser considerado inclusive para questionar as tentativas de normatizar o currículo pois são tentativas fracassadas de controle uma vez que ignoram justamente a comunicação, como produção da humanidade, implicando imprevisibilidade ao social. Implica não se ter garantia de determinados sentidos, significados e comportamentos pois a linguagem não é determinada previamente, não obedece a regras e não tem razão que a fundamente. Ainda que os discursos sejam práticas que legitimem sentidos e constranjam outros, a cada tradução destes sentidos, esse texto traduzido e interpretado é modificado e portanto, morre em parte. Em meio a tantas dinâmicas da comunicação humana, fica impossível garantir uma determinada leitura. Ainda que um enfoque positivista busque planejar e executar numa metodologia que tenha o objetivo de controlar um produto final da educação, fica impossível a garantia de um determinado sentido pois a própria

tradução se encarrega de modificar o texto. Assim como o social é linguagem, impossível de ser controlado e fechado as tentativas de controle do currículo não garantem o mesmo resultado ainda que se tenham os mesmos dados e estratégias, pois na produção de currículo existem apostas e consequências e tentativas fracassadas de garantias de leituras e resultados controlados.

Conforme Lopes et all (2015, p. 23;25),

“o impacto da obra de Laclau e Mouffe sobre autores que buscavam se distanciar de análises macroestruturais, capazes de reduzir o currículo a um epifenômeno da economia e a uma perspectiva reificada de cultura, se ampliou”. “O currículo comum, suposto como universal e capaz de servir a todos, pode ser então compreendido como um particular que se hegemoniza, cabendo investigar as demandas que se articularam para garantir tal hegemonização”.

Portanto, este enfoque pós-estruturalista da teoria do discurso contribui para entendermos que na produção de currículo temos apostas, responsabilidades, comprometimento. Não há garantias de formar produtos determinados conforme planejamento e metodologia para implementação de um currículo como pressupõe uma perspectiva instrumental e comportamental de currículo. Se o que temos são apostas e comprometimento, em lugar de certezas alcançáveis por métodos, ao pensarmos na questão “o que é currículo” podemos discutir condições necessárias e importantes que possibilitam as aulas de acontecerem, mas não a metodologia adequada para a garantia da conquista do interesse do aluno, eficazmente alcançada por meio desta ou daquela técnica. Isto, porque, inclusive, na dinâmica de uma aula há que se ter comprometimento e aposta de ambas as partes: professor e aluno. Então, conceber a noção do que vem a ser currículo, tomando por base um enfoque pós-estruturalista (a teoria do discurso) nos ajuda a pensá-lo em relação às formações discursivas que constituem a escola, que a caracterizam como parte do social, como simbolicamente concebida e mediada, como produção de projetos de sociedade, como expressão de demandas, como articulação de demandas.

Pela teoria do discurso, temos outra leitura do que vem a ser currículo porque esta leitura confere centralidade ao discurso como constituinte do social. O currículo é produção discursiva contingente, seus sentidos são produzidos por discursos, negociados e fixados provisoriamente. O currículo é discurso. E discurso “é uma

totalidade relacional de significantes que limitam a significação das práticas e que, quando articulados hegemonicamente, constituem uma formação discursiva” (LACLAU, 2011a, p.9-10). Entendemos a produção de currículo como formações discursivas que são “o conjunto de discursos articulados por meio de diferentes práticas hegemônicas [de modo que] entender uma formação discursiva significa entender um processo hegemônico: como são definidos os termos de um debate político, quais agendas e ações são priorizadas, que instituições, diretrizes, regras e normas são criadas” (ibid).

Para Lopes e Macedo (LACLAU, 2011a, p.10) a interlocução da teoria do discurso e a teoria do currículo é feita utilizando-se da “compreensão da cultura como processo de significação e da política como as disputas contingentes pelo poder de hegemonizar determinadas significações, (...) uma compreensão capaz de tornar política e cultura obrigatoriamente imbricadas”. Entender o currículo como prática discursiva, prática de significação e de atribuição de sentidos, concebê-lo como discurso com o qual constituímos significações dos objetos que estão em disputa por hegemonia com outras significações nos ajuda a entender que o próprio currículo está também em disputa por significação. Estas disputas se dão continuamente, não são determinadas por nenhuma essência, portanto, não há algo característico que defina o que é currículo. Quando optamos por responder o que é currículo na perspectiva que o define como discurso, buscamos trazer a tona lutas sociais implicadas nesta construção política que é a produção de currículo e nas relações sociais em que se dão a produção de currículo.

A lógica das relações sociais é incompleta e contingente. Não é previsível e antecipável. Não há um caráter necessário e determinante nas significações, elas são relacionais e se constituem discursivamente. Há luta constante. Não há um plano de constituição a priori. O que existe são relações fluidas que impedem um fechamento pleno ou uma sutura completa de uma hipotética ou eventual totalidade. Inclusive o social. O social também se constitui discursivamente sem que faça sentido falar de interioridade e exterioridade (por ex.: a sociedade e a natureza, a sociedade e a cultura) pois não há nada exterior ao discurso, sem que se possa afirmar um sistema fixo de diferenças. Contudo, o social existe como o esforço por produzir esse objeto impossível que é a sociedade, como a tentativa de fixar as

diferenças, de constituí-las a partir de discursos privilegiados (LACLAU, 2011b, p. 152 – 153).

Além disso, o social constitui uma diversidade e não poderia ser explicado por um discurso único.

Instituições jurídicas, o sistema educativo, as relações de trabalho, os discursos de resistência das populações marginais constroem formas originais e irreduzíveis de protesto social e nessa medida fornecem toda a complexidade e riqueza discursiva sobre a qual o programa de uma democracia radicalizada deve fundar-se (LACLAU, 2011b, p.238).

Não há categorias sociais privilegiadas pois são diversas as esferas possíveis de luta. Na perspectiva discursiva, é preciso um duplo movimento: por um lado, negativo, consistente em renunciar a toda essência para explicar a realidade e os elementos que a compõem; por outro, afirmativo, reconhecendo o caráter aberto, contingente, ambíguo, antagônico e inacabado do social (LACLAU, 2011b)

Nessas lutas políticas, o sujeito que se constitui pela decisão tomada em terreno indecível é sempre adiado em sua completude e soberania. Torna-se ele mesmo o projeto em aberto que possibilita a ação política de mudança social (a agência), o resultado da decisão, não a fonte de uma decisão previamente concebida. A agência é o horizonte da estrutura, o excesso de sentido que não pode ser simbolizado a não ser como lugar vazio. (...) Passamos a ser constantemente interpelados no jogo do imprevisível da política. Mas, com isso, abrem-se inúmeras outras questões a serem investigadas e teorizadas (LOPES et al, 2015, p. 25-26).

Finalmente, estas e outras questões levantadas no enfoque pós-estruturalista da teoria do discurso nos interessam para entender o que é currículo porque por elas entendemos que a produção de currículo faz parte das práticas sociais de significação, das lutas políticas em que os sujeitos batalham para legitimar saberes. Assim compreendemos que os sujeitos não estão posicionados em determinadas classes sociais hierárquicas, classificados como oprimidos ou opressores, mas ocupam diversas posições de sujeito de maneira que suas identidades se constituem nas relações sociais, modificam-se e são modificados em tais relações e disputam pela produção de significados na escola, que é um importante espaço de poder.

O currículo é luta por produção de significados e em toda precariedade da comunicação e tentativa de interação entre os sujeitos, é importante pensar, na produção de currículo, as fixações e identificações feitas porque essas identificações contingentes são importantes para compreendermos a ação política, uma vez que já concordamos que o sujeito não é definido pela posição na estrutura social e, portanto, entendemos que, ao tomar uma decisão política o sujeito fecha temporariamente a estrutura caótica de infinitas possibilidades de significação e nesta ação se constitui sujeito e se identifica com o outro (LOPES, 2011, p.228). Então, se compreendemos o social como constituído discursivamente e ainda, como estrutura descentrada, aberta, cujas possibilidades de significação e identificações são infinitas, e também infinitas as demandas, então as lutas políticas também articulam e centralizam demandas. A constituição do social é discursiva e haverá sempre novos jogos de linguagem gerando novos sentidos e novas reestruturações (LOPES, 2011, p.252).

Historicamente, há uma luta pela hegemonização de demandas e a identidade do sujeito nada mais é do que uma ficção, uma identificação contingente que pretende temporariamente conter a fluidez das identificações. Neste sentido, destacamos a importância dada por Laclau na teoria do discurso em negar qualquer enfoque essencialista das relações sociais e de afirmar, ao contrário, o caráter precário das identidades e dos sentidos que as compõem. E por isso é preciso a sociedade não estar determinada unicamente pela economia. Assim como a definição e o entendimento do que vem a ser currículo (a serviço da economia, formação de trabalhadores). Tal redução significaria uma determinação essencial e última à qual se reduziriam todas as outras determinações.

Portanto, se entendemos currículo como formação discursiva e se sabemos que todo objeto é um objeto de discurso, então precisamos atentar para o campo discursivo em que o significado de currículo está em disputa. Por exemplo, para Laclau, um terremoto ou a queda de um ladrilho são fatos existentes, mas a significação de “fenômeno natural” ou “ira de Deus” está relacionada à estruturação de um campo discursivo (LACLAU, 2011b, p. 146). Assim, nos interessa investigar os sentidos fixados por discursos circulantes no recorte contextual que faremos no momento de responder o que é currículo, o que colocam como central e o que deixam de fora. Que conflitos relativos às noções de conhecimento, disciplina,

planejamento, permeadas por outras questões (para que, para quem, onde, quando, por que), ampliadas pelas demandas da diferença – “diferença de gênero, sexualidade, etnia, raça, região, religião e tantas mais que são produzidas pelo constante diferir” estão colocadas em pauta (LOPES, 2013, p. 19).

Neste caso, entendendo currículo como discurso, é colocada a ideia de instabilidade e a indeterminação do social, e o currículo como construção política, constituindo e sendo constituído em contextos em que sempre estarão permeados por lutas por poder, mediados por jogos de linguagem, cujas regras podem ser mudadas, que colocam o futuro sempre em pauta e significações em disputa. Assim, entendemos currículo como espaço de ação, para ser trabalhado no presente, definindo-o com ações políticas no presente. E esta compreensão também nos traz outra questão, a de que ao fixarmos significados para currículo, outros escaparão desta fixação, como se dão os escapes aos significados que fixamos e por que acontecem.

Desta forma, uma grande contribuição que temos com o enfoque pós estruturalista da teoria do discurso em diálogo com a teoria do currículo é outra leitura do que vem a ser currículo pois coloca-se em discussão a ação política de produzir currículo, que vai muito além da ideia de prescrição e de criar normas para um suposto controle do futuro (de aprendizagem , de formação de identidades, de aquisição de competências como suposta solução para problemas sociais). Pois nos ajuda a pensar a abertura do social, a entender a produção de currículo como uma aposta no presente. Ajuda, inclusive, a contribuir e provocar a partir de outras questões, para outras possibilidades de pensamento, para caminhos que não sabemos onde vão dar. Para discutirmos até os medos de não sabermos onde vão dar. e as tentativas de controle e as prescrições de currículos.

A produção de currículo é prática de significação. Produzidos sentidos quando produzimos currículo. A teoria do discurso contribui para outra leitura do que vem a ser currículo porque por ela temos acesso a categorias de análise do social que questionam um enfoque essencialista de currículo. As contribuições desta teoria são potentes para compreendê-lo como construção falível, contingente, campo de embate e negociação (de infinitos sentidos) e sempre possível de ser modificado.

Referências bibliográficas

BIGLIERI, Paula; PERELLÓ, Glória. Los usos del psicoanálisis en la teoría de la hegemonía de Ernesto Laclau. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

LACLAU, Ernesto. Emancipação e diferença. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011a.

LACLAU, Ernesto. Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Ernesto Laclau y Chantal Mouffe. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011b.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de; BURITY, Joanildo A. A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, Ernesto. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPp, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. Educação, Sociedade e Culturas. Nº 39, p. 7 – 23, 2013.

LOPES, Alice; DIAS, Rosanne E.; ABREU, Rozana Gomes de (orgs). Discursos nas políticas de currículo. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.